

Discurso exalta, mas não define a reforma tributária

Brasília — Apesar de dedicar toda a primeira parte de seu discurso (36 linhas de um total de 60) a exaltar o federalismo, o Presidente José Sarney não anunciou na reunião com os Governadores a única medida capaz de restaurar a igualdade entre os Estados: a Reforma Tributária, remetida à Assembléia Nacional Constituinte.

De concreto, restou da reunião a promessa do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, de reforçar as transferências de recursos federais aos Estados e Municípios em Cr\$ 4,9 trilhões até o fim do ano.

O Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), não apoiou o que considerou "um esforço de emergência" para socorrer os Tesouros estaduais. O Governador do Ceará, Gonzaga Mota (PMDB), centrou seu discurso de 10 minutos na questão tributária, defendendo a redistribuição de renda também a nível pessoal.

— O atual sistema tributário é perverso — ecoou Divaldo Suruagy (PFL), Governador de Alagoas, que sugeriu a imediata revisão do sistema. O próprio Sarney admitiu, no discurso:

— Sei, pela própria experiência, o que é governar um Estado sob o regime de concentração do poder político.

A explicação oficial da posição do Governo coube ao Ministro do Planejamento, João Sayad:

— Os Governadores reconheceram que uma reforma tributária feita de forma atribulada pode desorganizar o sistema financeiro nacional e o setor privado.

Segundo o Governador do Paraná, José Richa, (PMDB), o reforço das transferências governamentais resolve, de certa forma, o problema financeiro dos Estados e municípios, pelo menos até a Constituinte, quando se acredita será implantada a definitiva Reforma Tributária.

De todos os Governadores, o mais conciliador na questão tributária foi Franco Montoro (PMDB) — que dirige o Estado mais rico da Federação —:

Algumas medidas e fatos concretos mostram que a redistribuição da renda já começou. Por exemplo, o programa de alimentação, que envolve trilhões de cruzeiros, e outros, da área social, concordou.

Brizola ficou em cima do muro. Não apoiou o chamado Programa de Emergência para os Estados, mas também não "desapoiou", segundo suas próprias palavras:

— Entendo que não foi apresentado um programa de emergência. Há apenas um projeto a ser discutido e o Brasil precisa promover uma melhor distribuição de rendas em todos os níveis — disse o Governador do Rio à saída da reunião.

Indagado sobre o assunto, o Governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares (PDS), admitiu:

— É claro que o reforço de Cr\$ 5 trilhões não é satisfatório, mas já é algo que se faz em relação ao problema.

O fato é que, apesar do orçamento fiscal da União ser superavitário em Cr\$ 12 trilhões, no primeiro semestre (o equivalente a 10% da receita total prevista), os Governos estaduais vão ter de abrir mão de parte desses recursos em função do programa de ajustes econômicos a ser negociado com o FMI e os credores internacionais. A Reforma Tributária, considerada a contrapartida dos Governadores ao apoio a Sarney, vai ter de esperar pela Constituinte.